

-----ATA N.º 4/2014-----

-----Aos 30 dias do mês de setembro de 2014, pelas 10h, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal, sob a presidência da Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Ana Isabel Lucas Cabral Janelas.-----

-----De seguida, a Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** informou que, foi convocada a Senhora Vera Lúcia Alves Portugal, em substituição do Senhor Carlos Alberto Faria de Almeida.-----

-----**Efetuada a chamada compareceram a esta sessão os seguintes membros:**-----

- José Albano Pereira Marques;-----
- João Paulo Monteiro Antunes;-----
- Isabel Maria dos Santos Flor de Sousa;-----
- Ana Isabel Lopes Correia;-----
- Joaquim Lopes de Abreu;-----
- Flávio Manuel Granjal de Sá;-----
- Filipe Miguel Rosa Guerra;-----
- Paulo Jorge Pinto da Silva Patrocínio;-----
- Maria Silvina Achando da Cruz Santos;-----
- António Carlos do Nascimento Marques;-----
- Manuel Matos Torres;-----
- Luís Filipe Pinheiro da Costa;-----
- António dos Santos, Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal;---
- Davide Lopes Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Carrapichana;-----
- Júlio Cruz, Presidente da Junta de Freguesia de Casas de Soeiro;---
- Bruno Alexandre Castro de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia de Fornotelheiro;-----
- António Manuel Pinto Patrício, Presidente da Junta de Freguesia de Lageosa do Mondego;-----

-----Luís Bernardo Pina Mimoso, Presidente da Junta de Freguesia de Linhares da Beira; -----

-----André Diogo de Jesus Correia, Presidente da Junta de Freguesia de Maçal do Chão;-----

-----António Joaquim Fernandes Gomes, Presidente da Junta de Freguesia de Mesquitela;-----

-----Porfírio Miguel da Fonseca Galante, Presidente da Junta de Freguesia de Prados;-----

-----Natália Batista Nobre, Presidente da Junta de Freguesia de Ratoeira;

-----Aires Manuel Silva Relvas, Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Azares; -----

-----Marco Paulo de Andrade Rodrigues, Presidente da União de Freguesias de Açores e Velosa; -----

-----António da Fonseca Ascensão, Presidente da União de Freguesias de Rapa e Cadafaz;-----

-----José Rocha Gonçalves, Presidente da União de Freguesias de Celorico (São Pedro e Santa Maria) e Vila Boa do Mondego. -----

-----**Faltaram a esta sessão e justificaram atempadamente a sua ausência, os seguintes membros:**-----

-----Vera Lúcia Alves Portugal;-----

-----António Manuel dos Reis Álvaro;-----

-----Teresa Susana Ferreira Tente, Presidente da União de Freguesias de Cortiçô da Serra, Vide-Entre-Vinhas e Salgueirais.-----

-----**Faltaram a esta sessão e não justificaram atempadamente a sua ausência, os seguintes membros:**-----

-----Alexandra Isabel Henriques Sena;-----

-----Hélder Achando Costa; -----

-----José Francisco Gomes, Presidente da Junta de Freguesia de Minhocal.-----

-----  
-----Estiveram presentes nesta sessão, o Senhor Presidente da Câmara, José Francisco Gomes Monteiro, os Senhores Vereadores José Luís Saúde Cabral e Manuel António de Almeida Portugal e a Senhora Vereadora Maria do Céu Neves Martins Louro.-----  
-----

-----Em virtude do primeiro e segundo Secretários da Mesa da Assembleia Municipal, Senhor Deputado António Manuel dos Reis Álvaro e Senhora Deputada Alexandra Isabel Henriques Sena, terem faltado a esta sessão, a Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** solicitou que cada bancada indicasse um elemento para integrar a Mesa. -----  
-----

-----Verificada a existência de quórum para funcionamento da Assembleia Municipal, a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia, secretariada pelas Senhoras Deputadas, Isabel Maria dos Santos Flor de Sousa e Maria Silvina Achando da Cruz Santos, na qualidade de primeiro e segundo secretários respetivamente, declarou aberta a sessão. -----  
-----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----De acordo com o disposto no art.º 22.º, do Regimento da Assembleia Municipal, a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia procedeu à abertura de um período de antes da ordem do dia, destinado ao tratamento de assuntos gerais de interesse para o Município. -----  
-----

-----Começou por intervir o Senhor **Deputado Manuel Torres** para dizer que teve conhecimento de que o Gabinete de Inserção Profissional (GIP) existente na autarquia havia encerrado. Questionou quais os motivos que motivaram a quebra deste Protocolo com o IEFPP. Na sua opinião, a economia atual tem demonstrado sinais macroeconómicos positivos, pelo que, seria útil continuar com este serviço. -----  
-----

-----De seguida, o Senhor **Deputado Joaquim Abreu** disse que apesar de ter havido reunião da Comissão Permanente no dia anterior, persistem algumas dúvidas relativamente ao Parque Industrial A25. Referiu que o Parque Industrial foi concluído há cerca de um ano, conforme anunciado no respetivo placard, no entanto, permanecem incertezas quanto à fixação, ou não, de empresários no mesmo, uma vez que o Parque não está dotado de infraestruturas básicas, nomeadamente, ETAR e abastecimento elétrico. Solicitou que este assunto fosse agendado para a próxima sessão da Assembleia Municipal. -----

-----Considera que deveria ser feita uma divulgação mais ampla (estrangeiro) do Parque Industrial, garantindo desta forma, potenciais investidores para o concelho, permitindo o desenvolvimento industrial e a criação de postos de trabalho. Sugeriu a criação de uma comissão de trabalho, para que fora de Portugal, se possa apostar na divulgação do Parque Industrial A25, estando disponível para integrar a mesma. -----

-----No que concerne à revisão do PDM, pretendeu saber qual o ponto de situação. Questionou, se o facto de não estar aprovado poderá inviabilizar o acesso ao novo quadro comunitário, nomeadamente em infraestruturas.-----

-----Por último, pretender ser esclarecido relativamente à existência, ou não, de incumprimentos nos salários dos funcionários da Empresa Municipal. -----

-----O Senhor **Deputado João Paulo Antunes** pretendeu ser esclarecido relativamente algumas questões, ou seja, o facto desta autarquia se encontrar numa grave situação financeira, levou a que a mesma, recorresse ao PAEL. No entanto, e caso seja necessário recorrer ao Fundo de Apoio Municipal (FAM), quais as consequências para o concelho de Celorico da Beira. Pretendeu saber, para quando está prevista a abertura da Biblioteca Municipal, bem como, das Piscinas. -----

-----Referindo-se à poluição da Ribeira da Velosa, questionou para quando a resolução deste problema, uma vez que o Senhor Presidente da

Câmara havia dito que seria tratado até ao final do ano, no entanto, a três meses do fim, nada foi feito. -----

-----De acordo com o disposto no n.º 7, do art.º 22.º, do Regimento da Assembleia Municipal, usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal para prestar os esclarecimentos solicitados pelos Senhores Deputados. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** cumprimentou todos os presentes. De seguida, esclareceu algumas questões colocadas na última Assembleia Municipal. Sobre o cemitério de Celorico Gare disse que é uma problemática do concelho e que é intenção do executivo efetuar esta obra. Sobre as contas não terem sido homologadas pelo Tribunal de Contas desde 2010, deu conhecimento de que até à data a autarquia tem enviado as mesmas para a DGAL, IGF e Tribunal de Contas, no entanto, o facto de as contas de 2010 não terem sido homologadas, não impede que sejam apresentadas as seguintes. Disse que corrobora das preocupações de todos, relativamente ao facto de o concelho estar cada vez mais abandonado, e se nada se fizer, irão assistir ao encerramento de escolas, finanças, centro de saúde e tribunal, ditando o fim desta região, disse que neste momento é necessário fazer obras sociais. Deu conhecimento de que o Governo pretende solucionar o encerramento de serviços, criando o Espaço Cidadão, para fomentar a proximidade aos munícipes.-----

-----Sobre as luzes da Biblioteca Municipal, esclareceu que as mesmas se encontravam acesas por uma questão de vigilância, uma vez que esta infraestrutura tem sido alvo de atos de vandalismo, no entanto, tal medida não adiantou de nada. Espera que a paragem de autocarro projetada para o espaço envolvente, não seja também alvo de atos de vandalismo, uma vez que será em vidro. Dirigindo-se ao Senhor Deputado Manuel Torres, na qualidade de representante da JSD a nível distrital, solicitou que faça chegar à tutela, as preocupações que têm vindo a ser manifestadas por

este executivo, nomeadamente, no que diz respeito às portagens e à reabertura do SAP. Lembra uma moção apresentada pela JSD intitulada “Uma nova ambição”, onde é considerada prioritária a abertura das novas instalações da Unidade Local de Saúde da Guarda e manifestada uma posição contra qualquer tipo de fusões entre politécnicos e a UBI, defendendo uma nova rede de ensino superior que assente na criação de novas instituições com polos diferenciados nas diferentes cidades. A JSD propôs igualmente o fim dos cursos profissionais nas escolas secundárias. -

-----No que concerne às considerações do Senhor Deputado João Paulo Antunes, enunciadas na última ata da Assembleia Municipal, mais concretamente que “... a situação de grave endividamento não é culpa do Tribunal de Contas, mas de uma gestão danosa...”, disse não se rever nestas palavras, uma vez que realizou obra, reduzindo dívida. -----

-----Relativamente às questões colocadas nesta Assembleia Municipal e em resposta ao Senhor Deputado Manuel Torres sobre o Gabinete de Inserção Profissional (GIP), informou que inicialmente funcionava com uma técnica da autarquia, que desempenhava um trabalho exemplar, entretanto, após reunião com o Dr. Couto Paula, do IEFP, decidiram encerrar o mesmo e adotar uma nova metodologia. Neste momento, o procedimento é efetuado através do Gabinete de Ação Social, via IEFP. -----

-----Sobre o Parque Industrial A25 começou por dizer que as obras estão concluídas, existindo somente a necessidade de implementação do reservatório de abastecimento de água e abastecimento elétrico. Deu conhecimento de que não havia sido contemplada na candidatura inicial a construção do reservatório de abastecimento de água, por haver um compromisso entre a Câmara Municipal e as AdZC, do qual decorria a execução do reservatório e ETAR, por aquela entidade. No que concerne ao abastecimento elétrico, falta somente um parecer da Ascendi, para posteriormente ser efetuada a ligação. Disse que também as AdZC efetuaram um procedimento e lançaram concurso, para o reservatório e ETAR, cuja despesa não foi autorizada, ficando o mesmo anulado. Referiu

estar disponível para discutir com as várias bancadas a questão da divulgação do Parque Industrial.-----

-----Sobre a aprovação do PAEL, informou que o Tribunal de Contas continua a solicitar esclarecimentos a esta autarquia. Disse que uma das questões prende-se com o encerramento da Empresa Municipal e outra é a aplicação das taxas de juro. Não é sua intenção recorrer ao Fundo de Apoio Municipal, apelidando o mesmo de *Troika* dentro de uma Câmara Municipal. Deu conhecimento de que foi enviado para a DGAL, um documento onde era manifestada a vontade desta Câmara Municipal continuar no programa PAEL e Reequilíbrio Financeiro, sendo que, até hoje não obtiveram qualquer resposta.-----

-----Relativamente às Piscinas Municipais, assume que já referiu muitas datas para a sua reabertura, no entanto, neste momento os tanques encontram-se cheios, faltando somente resolver o problema da condensação, sendo necessário adquirir um desumidificador.-----

-----No que concerne à Ribeira da Velosa, deu conhecimento de que havia sido efetuado um contrato com uma empresa para proceder à sua limpeza, não tendo a mesma ainda começado essa intervenção, uma vez que tinha outros compromissos assumidos, sendo que, e assim que possível, iniciarão os trabalhos.-----

-----O Senhor **Deputado Manuel Torres** disse que quando se referiu ao facto das luzes da Biblioteca Municipal estarem acesas, foi no sentido de ser esclarecido, o que de facto já aconteceu. Disse que a JSD condena veemente atos de vandalismo, nomeadamente os que têm acontecido nessa infraestrutura. Relativamente à proposta do fim dos cursos profissionais nas escolas secundárias, esclareceu que a JSD abandonou essa ideia, por considerar que as escolas ficariam sem alunos. Disse ainda, estar disponível para a resolução do problema dos *dossiers* da saúde e portagens, enquanto representante da JSD, conjuntamente com o executivo.-----

-----A Senhora **Deputada Silvina Santos** referindo-se à questão do investimento voltado para a parte social, ao invés da material, disse que neste momento a população é cada vez menor e deverá ser reconsiderada a questão das construções, sob pena de não haver pessoas para usufruir dos espaços. -----

-----O Senhor **Deputado Joaquim Abreu** referindo-se ao parque Industrial A25, disse que efetivamente existia um placard a anunciar a venda dos lotes, no entanto, e atendendo ao facto de o mesmo ainda não estar dotado de infraestruturas básicas, considera que é defraudar as expectativas dos empresários que pretendem investir no concelho. Assim como as 50 empresas que se pretendiam instalar no concelho e nunca apareceram. -----

-----No que concerne à paragem de autocarro projetada para a zona da escola, e uma vez que ainda não foi colocada, aconselhou o executivo a proceder à sua alteração, retirando o vidro da sua estrutura, sob pena de não acontecer o mesmo, que se tem verificado com outras infraestruturas do concelho. Na sua opinião, o executivo deveria optar por materiais mais resistentes, ficando desta forma mais económico para o Município. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** deu conhecimento de que a paragem de autocarro consta do caderno de encargos, pelo que, terão de cumprir com o mesmo. Deu conhecimento de que a mesma irá ser colocada e espera que haja por parte das pessoas mais civismo, para que não volte a acontecer o que se tem verificado com a Biblioteca Municipal. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** deu a palavra ao Senhor Vereador José Luís Cabral. -----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** cumprimentou os presentes. Referindo-se aos salários dos funcionários da Empresa Municipal, disse que efetivamente existia um atraso no pagamento dos mesmos, que já foi regularizado. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----1. **APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 27/6/2014**-----

-----Foi presente a ata n.º 3, referente à sessão ordinária do dia 27/6/2014, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para retificação e posterior aprovação. -----

-----**Dispensada a sua leitura e depois de feitas as devidas correções, foi a mesma aprovada, por maioria, com quatro abstenções.**-----

-----2. **RESUMO DO EXPEDIENTE PARA CONHECIMENTO DA ASSEMBLEIA**-----

-----**FALTAS INJUSTIFICADAS – SESSÃO ORDINÁRIA DE 27/6/2014**-----

-----Ana Isabel Lopes Correia;-----  
-----Davide Lopes Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Carrapichana.-----

-----**EXPEDIENTE**-----

-----A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** deu conhecimento do expediente da Assembleia Municipal, documento cuja cópia se anexa a esta ata, considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião, que se encontra na secção de apoio aos órgãos municipais, para quem pretenda consultar. -----

**-----3. INFORMAÇÃO ESCRITA DO EX.MO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL, BEM COMO, A SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO-----**

-----Nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/9, o Senhor Presidente da Câmara deu conhecimento por escrito da atividade do Executivo, documento que se anexa a esta ata, considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** começou por fazer referência ao estado de degradação da EN16, sentido Fornos de Algodres, dizendo que a autarquia não tem condições financeiras para efetuar essa requalificação. Disse que a passagem destas estradas para os Municípios foi um mau negócio e enquanto autarca entendeu não fazer a receção do IP5 e EN17, conforme lhe foi proposto. Deu conhecimento das candidaturas aceites e admitidas em *Overbooking* ao Mais Centro, que aguardam aprovação, ou seja, a “Requalificação das Ruas Luís Vaz de Camões e Gago Coutinho” e “Parque de Estacionamento no antigo Mercado dos Paus”.-----

-----Sobre a situação financeira do Município, disse que a mesma é delicada, no entanto, tem-se conseguido liquidar dívidas recentes. Deu conhecimento de que a dívida a terceiros atualmente é de 21.000.000€, tendo-se reduzido a mesma em cerca de 930.000€, face a 2013. Disse que a situação com as AdZC impede uma maior redução, frisando que o descoberto bancário foi eliminado em 2014. Referiu que a Lei dos Compromissos obriga ao pagamento das dívidas em 90 dias, ajudando na redução das mesmas, e o controlo dos fundos disponíveis impede a assunção de despesas sem receita prevista. Espera que até ao final do ano, a redução de dívida seja de um milhão de euros.-----

-----O Senhor **Deputado Manuel Torres** disse que tudo o que seja não onerar o erário público é de louvar, como por exemplo, a receção das

estradas. Enalteceu a obra que está a decorrer no Mercado dos Paus. Pretendeu saber se o Gabinete de Agricultura havia sido transferido para outro local e qual. -----

-----A Senhora **Deputada Silvina Santos** pretendeu saber se a obra que está a decorrer no Mercado dos Paus, vai servir de parque estacionamento, ao que o Senhor Presidente da Câmara respondeu afirmativamente. A ser assim, pretendeu saber se o mesmo é a pagar, tendo-lhe sido dito que não. No que concerne ao Gabinete de Agricultura, felicitou o executivo pela mudança dos serviços para as instalações da Câmara Municipal, sendo da opinião que a concentração dos serviços beneficia os utentes. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** deu conhecimento de que o Gabinete de Agricultura funciona no edifício de apoio à Câmara Municipal, acrescentando que esta mudança tem como finalidade a aproximação aos serviços. -----

#### -----**4. APLICAÇÃO DE DERRAMA – 2015**-----

-----Relativamente ao assunto em epígrafe, foi presente uma proposta da Câmara Municipal, documento cuja cópia se anexa a esta ata, considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião, informando de que na reunião ordinária realizada a 22/9/2014, foi deliberado propor à Assembleia Municipal o lançamento de 1,5% de derrama, para o ano de 2015.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que a Derrama é um imposto municipal que incide sobre o lucro tributável das pessoas coletivas. A proposta do executivo é no sentido de aplicar a taxa máxima, ou seja, 1,5%. Disse que este imposto em anos anteriores nunca foi aplicado, a não ser a partir de 2013, e que em termos de receita, significou para a autarquia 114 mil euros no ano de 2014. -----

-----O Senhor **Deputado Joaquim Abreu** ditou para a ata o seguinte:-----

-----“A bancada da coligação PSD/CDS, apesar de não concordar com as taxas fixadas em valores elevados, o voto é no sentido da abstenção, por um lado por considerar ser uma condicionante ao investimento empresarial, por outro, haver uma obrigação legal, nomeadamente o processo de reequilíbrio financeiro.” -----

-----Disse ainda, que esta declaração se aplica aos restantes pontos da ordem de trabalhos. -----

-----O Senhor **Deputado José Albano** disse que há situações que devem ser devidamente esclarecidas, ou seja, se a aplicação desta taxa decorre de uma imposição legal, então o porquê de o governo ainda não ter desbloqueado o processo de PAEL e reequilíbrio financeiro, a esta autarquia. Politicamente, já se prevê o que irá acontecer, estão a empurrar esta autarquia para o Fundo de Apoio Municipal (FAM).-----

-----Mencionou algumas questões para reflexão, nomeadamente, o facto de a Câmara Municipal ter desenvolvido uma estratégia para o progresso do comércio local, que tem subjacente um fator muito importante, que é o facto de esta autarquia ser um parceiro privilegiado do pequeno comércio. Frisou uma outra situação, que se prende com a permanência de jovens no concelho de Celorico da Beira, quando não lhes são dadas oportunidades de emprego. -----

-----Referindo-se apenas ao vetor económico, disse que o orçamento é elaborado com base nas receitas, designadamente a Derrama. Disse que outras Câmaras Municipais já usufruíram do PAEL, apresentando posteriormente uma proposta de redução deste imposto. Considera que esta redução poderia ser um atrativo para os investidores que pretendem investir no concelho. -----

-----De seguida, e enquanto líder da bancada do PS, propôs a diminuição da Taxa de Derrama para 2015. Disse ainda, que caso o atual Governo não

cumpra com o acordado, aquando do recurso ao PAEL por parte do Município e que até ao momento ainda não houve resposta, e ao manter-se esse silêncio até ao final do corrente ano, a Assembleia Municipal deverá reunir de imediato a fim de aprovar a redução das taxas de Derrama, tendo como objetivo o facilitar a fixação de novas empresas e a diminuição dos impostos aos empresários já existentes no concelho. Propôs ainda, igual procedimento para a Taxa de IMI.-----

-----O Senhor **Deputado Joaquim Abreu** disse que na reunião da Comissão Permanente foi dito que não havia qualquer razão para que o PAEL e reequilíbrio financeiro não fossem aprovados. Referiu que segundo a Lei que estabelece o regime financeiro das autarquias locais, o n.º 3, do art.º 58.º, diz que caso a dívida total se situe entre 2,25 e 3 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores, o município é obrigado a contrair um empréstimo para saneamento financeiro ou a aderir ao procedimento de recuperação financeira previsto. Esta Lei diz também, que o município é obrigado a aderir ao procedimento de recuperação financeira municipal sempre que se encontre em situação de rutura financeira. Refere ainda, que a situação de rutura financeira municipal considera-se verificada sempre que a dívida total seja superior, em 31 de dezembro de cada ano, a 3 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três exercícios. O processo de recuperação financeira determina o recurso ao Fundo de Apoio Municipal (FAM). Perante o exposto, pretendeu saber se o município de Celorico da Beira se encontra nestas condições.-----

-----Em resposta, o Senhor **Presidente da Câmara** disse que quando esta autarquia recorreu ao PAEL e reequilíbrio financeiro, efetivamente reunia as condições descritas, neste momento, tal situação já não se verifica. Disse que neste momento a aprovação do PAEL aguarda visto do Tribunal de Contas, sendo que, se essa situação não se verificar, a

autarquia terá de recorrer ao Fundo de Apoio Municipal (FAM), apesar de até hoje não haver qualquer indicação nesse sentido.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** deu a palavra ao Senhor Vereador José Luís Cabral. -----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** disse que da listagem de municípios que eventualmente terão de recorrer ao Fundo de Apoio Municipal (FAM), constam autarquias cujo programas de apoio já foram aprovados e as verbas desbloqueadas e continuam em situações financeiras débeis. No caso do município de Celorico da Beira, que consta dessa listagem, o processo ainda está em fase de estudo e nunca receberam qualquer verba do governo para esses fins.-----

-----**A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 10 abstenções e 16 votos a favor, aprovar a proposta apresentada pela Câmara Municipal.** -----

-----O Senhor **Deputado José Albano** disse que apesar da bancada do PS votar favoravelmente a aplicação da Derrama, esta aprovação fica condicionada a uma resposta por parte do Governo Central, à solicitação da Câmara Municipal de Celorico da Beira, no que diz respeito à aprovação do PAEL e reequilíbrio financeiro, até ao final do ano.-----

-----A Senhora **Deputada Silvina Santos** disse que apesar de ter votado no sentido da abstenção, corrobora das palavras do Senhor Deputado José Albano.-----

-----O Senhor **Deputado Manuel Torres** fez a seguinte declaração de voto: - -----

-----“O PSD não concorda com a aplicação desta taxa, no entanto, e sendo uma imposição legal, seria uma irresponsabilidade não aprovar a mesma, pondo em causa o trabalho do executivo municipal.”-----

-----**5. TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM – 2015**-----

-----Relativamente ao assunto em epígrafe, foi presente uma proposta da Câmara Municipal, documento cuja cópia se anexa a esta ata, considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião, informando de que na reunião ordinária realizada a 22/9/2014, foi deliberado propor à Assembleia Municipal, a aplicação, nos termos da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro, a taxa percentual de 0,25%, para o ano de 2015.-----

-----**A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada pela Câmara Municipal.**-----

-----**6. TAXAS DE IMI PARA 2015**-----

-----Sobre o assunto em epígrafe, foi presente uma proposta da Câmara Municipal, documento cuja cópia se anexa a esta ata, considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião, informando de que na reunião ordinária realizada a 22/9/2014, foi deliberado propor à Assembleia Municipal, que se aplicasse nos termos do art.º 112.º, do CIMI, uma taxa de 0,8%, para prédios rústicos e de 0,5%, para prédios urbanos, para o ano de 2015.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que as taxas atuais são de 0,8% para os prédios rústicos e de 0,5% para os prédios urbanos, tendo sido revogada pelo Orçamento de Estado para 2014 a antiga taxa para prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI. No entanto, por força da adesão do Município ao Programa de Apoio à Economia Local, bem como, a situação de desequilíbrio estrutural, têm de ser aplicadas as taxas

máximas previstas na Lei, para 2015. Disse ainda, que a receita de IMI é significativa para as receitas da autarquia.-----

-----O Senhor **Deputado Joaquim Abreu** ditou para a ata o seguinte:-----

-----“A bancada da coligação PSD/CDS, apesar de não concordar com a taxa fixada no valor máximo, o voto é no sentido da abstenção, por um lado por considerar que os munícipes estão a ser muito penalizados, por outro, por haver uma obrigação legal, nomeadamente o processo de reequilíbrio financeiro.”-----

-----**A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 11 abstenções e 15 votos a favor, aprovar a proposta apresentada pela Câmara Municipal.**-----

-----**7. NOMEAÇÃO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS**-----

-----Relativamente ao assunto em epígrafe, foi presente documento da Câmara Municipal, cuja cópia se anexa a esta ata, considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião, informando de que nos termos do n.º 1, do art.º 77.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Lei das Finanças Locais), o auditor externo do Município é nomeado por deliberação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara. Nestes termos, foi proposto submeter à aprovação da Assembleia Municipal, a nomeação da empresa “Fonseca, Paiva, Carvalho & Associados SROC, Lda.”, para prestar serviços de Auditor Externo, no Município de Celorico da Beira, por um período de três anos.-----

-----**A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos propostos pela Câmara Municipal, nomear o Revisor Oficial de Contas: “Fonseca, Paiva, Carvalho & Associados SROC, Lda.”.**-----

-----**8. EMCEL – NOMEAÇÃO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS**-----

-----Relativamente ao assunto em epígrafe, foi presente proposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal, documento cuja cópia se anexa a esta ata, considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião, informando de que nos termos do n.º 3, do art.º 26.º, da Lei n.º 50/2012, de 31/8, conjugado com o disposto no art.º 15.º, dos Estatutos da EMCEL, compete ao órgão deliberativo da entidade pública participante designar o fiscal único da empresa municipal, sob proposta do órgão executivo. Nestes termos, foi proposto submeter à aprovação da Assembleia Municipal, a nomeação do Dr. João Andrade Nunes, como Fiscal Único da EMCEL.-----

-----**A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos propostos pela Câmara Municipal, designar como Fiscal Único da EMCEL, o Dr. João Andrade Nunes.**-----

-----**9. 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DE 2014**-----

-----Foi presente para aprovação a 1.ª Revisão ao Orçamento de 2014, documento cuja cópia se anexa a esta ata, considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que a 1.ª Revisão ao Orçamento tem como objetivo permitir no orçamento o saldo orçamental da gerência anterior como receita, e que apenas pode ser utilizado no orçamento após aprovação das contas de gerência do ano anterior. O valor desta receita adicional no montante de 201.751,94€, para este ano, permitirá dotar diversas rubricas de despesas correntes, nomeadamente na aquisição de bens e serviços, onde se prevê que possam existir mais despesas até ao final do ano. Foram também ajustadas as despesas com pessoal, tendo em conta as aposentações verificadas ao longo do ano, e também de acordo com a anulação dos cortes nalguns vencimentos

conforme decisão do Tribunal Constitucional nesta matéria, entre outros ajustes. -----

-----Disse que também está prevista nesta revisão, uma verba destinada à Empresa Municipal, para que a mesma se possa sustentar até ao final do ano, designada como trabalhos especializados. Foi também efetuado um reforço na classificação económica denominada associações desportivas, com o intuito de substituir o relvado do campo de futebol.-----

-----A Senhora **Deputada Silvina Santos** disse que o seu sentido de voto será a abstenção. Referiu que as práticas desportivas do concelho devem ser apoiadas. Felicitou a atleta Mariana Dias, bem como todos os atletas, que participaram no Campeonato Mundial de *Karaté Shotokan*, realizado em Lisboa, dando a conhecer a bandeira do concelho ao Mundo. É uma prática que tem sido esquecida, no entanto, para além do basquete, é uma modalidade que tem levado o concelho a campeonatos Mundiais. -----

-----O Senhor **Deputado Manuel Torres** pretendeu saber o porquê de haver um aumento de despesas com pessoal, esperando que não seja para o Gabinete de Apoio do Senhor Presidente da Câmara. Espera também, que esta verba não seja para criação de POC's e emprego precário. Referindo-se à classificação económica prémios, onde foi feito um reforço de 2.000€, pretendeu saber a que se destina. Questionou ainda, se a Empresa Municipal já esgotou a verba atribuída para 2014.-----

-----De seguida, disse que a notícia publicada no Jornal Diário "i" o envergonha, bem como, deveria envergonhar o executivo e funcionários da Câmara Municipal. Considera que deveriam manifestar repúdio por tal situação.-----

-----Considera que é necessário insistir na questão do reequilíbrio financeiro, sob pena de terem de recorrer ao Fundo de Apoio Municipal (FAM), bem como, terem de despedirem pessoas e internalizar funcionários da Empresa Municipal. -----

-----O Senhor **Deputado José Albano** referindo-se à intervenção do Senhor Deputado Manuel Torres, designadamente quando diz que espera que a verba consignada nos documentos apresentados não seja para POC's, Estágios e CEI's, disse que espera que ele tenha consciência que isso significa não contratualizar mais pessoas e dizer aos jovens e desempregados do concelho, cuja taxa de desemprego aumentou, que a Câmara Municipal não os emprega. -----

-----Relativamente à constituição do Gabinete de Apoio disse que esta é uma competência exclusiva do Senhor Presidente, no entanto, é de opinião, que o Senhor Deputado não deve usar estas reuniões para fazer demagogia política. -----

-----Disse que perante tudo o que já foi explanado, não há dúvidas que para a Câmara Municipal seria mais fácil extinguir a Empresa Municipal, no entanto, é necessário ter em conta os funcionários e as famílias que dependem dessa instituição. Quando o executivo tomou posse em 2005, a dívida herdada era cerca de 22 milhões de euros. Atualmente, com toda a má gestão espelhada no Jornal "i" a dívida é de cerca de 20 milhões de euros, ou seja, este executivo reduziu dívida em cerca de 1 milhão de euros, sem despedir funcionários da autarquia. -----

-----Disse que o Senhor Presidente da Câmara foi maltratado na Vila, porque alguém resolveu distribuir esse dito jornal, acrescentando que este tipo de situações não se pode repetir. Acrescentou que estas situações acontecem porque existe um princípio associado, ou seja, a má gestão do passado. Considera que para além de se reduzir dívida, também é necessário reduzir obra, e sensibilizar os Presidente de Junta para essa situação. Deixou um repto no sentido de fazerem oposições construtivas e encontrar plataformas de entendimento, no sentido de erguer a política económica do concelho e continuar a apostar em políticas de desenvolvimento das PME's. -----

-----O Senhor **Deputado Manuel Torres** frisou novamente, que o trabalho precário não é solução para os jovens. -----

-----A Senhora **Deputada Silvina Santos** referindo-se à Empresa Municipal, pretendeu saber se alguma vez o executivo equacionou atualizar os vencimentos de alguns funcionários, como medida de redução de custos. Disse que se uma das condicionantes da aprovação do PAEL é a Empresa Municipal, o porquê de não procederem à sua reestruturação. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** deu a palavra ao Senhor Vereador José Luís Cabral. -----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** deu conhecimento de que a Empresa Municipal tem cerca de 30 funcionários, sendo que, a maioria auferem o ordenado mínimo.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** fazendo referência à notícia do Jornal Diário “i”, disse não se rever neste tipo de situações, uma vez que politicamente faz as suas intervenções nos órgãos competentes. -----

-----Relativamente à EMCEL, deu conhecimento de que aquando a tomada de posse do executivo em 2005, a mesma era subsidiada pela Câmara Municipal em cerca de 800 mil euros, neste momento o subsídio à exploração é cerca de 300 mil euros. É intenção deste executivo assegurar os postos de trabalho da Empresa Municipal.-----

-----De seguida, deu conhecimento de que o Orçamento de Estado impõe a redução de 3% de funcionários, desconhecendo ainda como o irá fazer. Relativamente à preocupação do Senhor Deputado Manuel Torres, que se prende com a constituição do Gabinete de Apoio ao Presidente, deu conhecimento de que irá solicitar aos recursos humanos, um apanhado do que já foi gasto com a constituição deste gabinete desde 2005, certamente,

que esta é a única Câmara que não tem Gabinete de Apoio devidamente constituído. -----

-----Referindo-se aos POC's e CEI's, questionou quais as autarquias que não possuem programas ocupacionais. Disse que estes programas são ocupações temporárias, socialmente úteis, de pessoas desempregadas, enquanto não lhes surgirem alternativas de trabalho ou de formação profissional, permitindo entretanto, aumentar as possibilidades de reinserção no mercado de trabalho. -----

-----Ainda sobre a Empresa Municipal, questionou ao Senhor Deputado Manuel Torres se é sua intenção extinguir a mesma, ao que o mesmo respondeu que não. -----

-----No que concerne à classificação económica prémios, onde foi feito um reforço de 2.000€, esclareceu que a mesma é para algo que poderá surgir, tal como, uma condecoração aos atletas que participaram no Campeonato Mundial de *Karaté Shotokan*, em representação do Concelho. -----

-----**A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 8 abstenções e 19 votos a favor, aprovar a 1.ª Revisão ao Orçamento de 2014.** -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

-----Os textos das deliberações constantes desta ata foram aprovados em minuta para efeitos de eficácia imediata. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** deu a palavra ao Senhor Vereador Manuel Portugal. -----

-----O Senhor **Vereador Manuel Portugal** referindo-se ao Parque Industrial, considera que devem ser criadas dinâmicas de investimento. -----

-----De seguida, referiu que não gostou de saber que o material que irá ser usado na paragem de autocarro, junto à escola é vidro. Frisou que

estão a lidar com crianças, sendo esse material completamente desadequado. Disse que aquando da execução das escadas também não concordou com a configuração das mesmas, uma vez que afunilavam formando uma barreira, situação que depois foi corrigida.-----

-----No que concerne à EMCEL, deu conhecimento de que havia questionado o ROC se a mesma estava em risco de encerrar, tendo-lhe sido dito, que segundo o diploma legal, essa situação não se verificava. Congratula-se com todos os esforços encetados para que a Empresa Municipal não encerre, uma vez que são postos de trabalho que estão em causa.-----

#### -----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

-----Nos termos do n.º 1, do art.º 21.º, do Regimento da Assembleia Municipal de Celorico da Beira, procedeu-se à abertura de um período de tempo para “Intervenção do Público”.-----

-----Esteve presente nesta reunião, o munícipe Senhor Sérgio Caetano, fundador da Celorico da Beira TV, dizendo que havia solicitado apoio financeiro a esta autarquia, já há 2 anos, para compra de domínio do portal da Celorico da Beira TV e até à data não obteve qualquer resposta. Deu conhecimento de que a Celorico da Beira TV é um projeto de comunicação e divulgação inovador na região e pretende despoletar uma nova forma de fazer chegar conteúdos de informação.-----

-----Em resposta, o Senhor **Presidente da Câmara** disse que é apanágio desta autarquia dar resposta a todas as solicitações, inclusive, à do Senhor Sérgio Caetano. Deu conhecimento de que os requerimentos quando entram na autarquia seguem os trâmites normais, ou seja, são encaminhados para o gabinete de ação social para parecer, posteriormente, são enviados à secção de contabilidade para cabimentação e submetidos a

reunião de executivo para aprovação. No entanto, existem outros pedidos de financiamento anteriores, pelo que, terá de aguardar uma resposta.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** deu a palavra ao Senhor Vereador José Luís Cabral. -----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** disse que este projeto era inovador para o concelho de Celorico da Beira. No entanto, alertou para o facto de o subsídio ser solicitado por um privado, acrescentando que estas atribuições têm de ser efetuadas dentro da Lei.-----

-----A Senhora **Deputada Silvina Santos** enalteceu o trabalho desenvolvido pelo munícipe Senhor Sérgio Caetano, uma vez que através da Celorico da Beira TV dá a conhecer o concelho de Celorico da Beira, e espera que a autarquia o ajude neste projeto. -----

-----Por último, o Senhor **Presidente da Câmara** deu os parabéns a todos os que estiveram envolvidos nas atividades de âmbito cultural e de desenvolvimento para o concelho, em conjunto com os Presidente de Junta de Freguesia. -----

-----Finalizada a ordem de trabalhos e nada mais havendo a tratar, a sessão foi dada por encerrada pela Senhora Presidente da Mesa da Assembleia, eram 13:45h, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos membros da Mesa da Assembleia.-----